



ATA

7ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO INSTITUÍDO PELA PORTARIA N. 961, DE 20 DE JANEIRO DE 2017

Aos vinte dias do mês maio do ano de dois mil e vinte e dois, às quinze horas e trinta minutos, por videoconferência, reuniu-se a Comissão Permanente de Memória da Justiça Militar, sob coordenação do desembargador Fernando Galvão da Rocha, presentes os(as) servidores(as) Leonardo Vaz de Melo, Gustavo Cândido da Silva, Letícia Sofal Costa e Valéria Linhares de Lima. A servidora Kely Cristina Barbosa Machado justificou antecipadamente a ausência. Aberta a reunião, o desembargador Fernando Galvão da Rocha deu boas-vindas aos participantes e iniciou os trabalhos informando que foi convidado pelo presidente do Tribunal para fazer parte de um grupo de trabalho para elaboração de um livro em homenagem aos 85 da Justiça militar, que a ideia é que o livro tenha 100 páginas e que já existia um esboço de como seria esse livro e que contaria com a participação da servidora aposentada, Grécia Carvalho. O desembargador explicou que a reunião aconteceu logo após a reunião desta Comissão e explicou quais eram as propostas de trabalho para a realização do livro, destacando que o foco do livro é a história da Justiça Militar de Minas Gerais e que foram realizadas duas reuniões, mas que não houve um avanço significativo em termos de estruturação do Livro. O desembargador informou que havia a possibilidade de que o Banco Itaú custeasse grande parte do valor do livro, porém as tratativas com o Banco Itaú não correram como esperado e fato inviabilizou a participação da servidora Grécia Carvalho no grupo. Da mesma forma, o Tribunal recebeu uma Recomendação do CNJ que limita o trabalho dos militares à serviços exclusivamente de segurança institucional e, portanto, o grupo de trabalho foi extinto e as atribuições foram repassadas à esta Comissão permanente. O desembargador informou que, em reunião com o presidente, o chefe de gabinete e o diretor da Escola Judicial, foram discutidas as questões apresentadas, perceberam a importância de inserir a servidora Letícia Sofal na Comissão Permanente da Memória. O desembargador informou que o chefe de gabinete da presidência, Giovane Gomes solicitou também participar das tratativas desta Comissão referentes à elaboração do livro. O desembargador situou a Comissão como ocorre a concepção geral de um livro ponderando sobre o perigo de se colocar histórias paralelas na narrativa, o que tira o foco do trabalho. Também ponderou por não realizar abordagens superficiais, nem tampouco incorrer em excessos, mantendo harmonia e equilíbrio nos assuntos tratados no texto. O desembargador analisou um livro análogo, cuja proposta é a mesma do projeto do TJMMG e fez as observações sobre os pontos negativos que não devem ser repetidos no livro de 85 anos da Justiça Militar de Minas Gerais. O desembargador concluiu informando que a responsabilidade do livro agora é da Comissão Permanente da Memória que tem o desafio de entregar o livro pronto até meados de outubro e que para isso precisa fazer o processo de licitação para diagramação e gráfica e consultou o servidor Leonardo Melo sobre as especificações ideais. O servidor informou que o usual é trabalhar com impressão 4 cores, papel couché e gramatura 90 e alertou que dos processos, o mais complicado é o da Licitação em virtude dos prazos, que são longos e que é urgente iniciar estas tratativas. A comissão passou a discutir sobre o conteúdo e estrutura do livro. O desembargador indagou se todos concordavam em tomar como base os tópicos elencados na Linha do Tempo para a definição do conteúdo. Com a anuência da comissão, o desembargador apresentou a Revista de Estudos & Informações, edição comemorativa de 80 anos, e demonstrou que já tem um material para servir como base e que o material gira em torno de 50 páginas e a Comissão terá que elaborar em torno de mais 40 páginas. A Comissão discutiu sobre a parte da ilustração do livro e o servidor Leonardo Melo alertou que as informações mais antigas não dispõem de fotos e que nem todas as imagens ficam boas com o tratamento de fotos e que esta é uma questão de relevância para o projeto. O desembargador Fernando Galvão pontuou que este trabalho é muito importante e que deve ser um trabalho realizado com muito capricho por se tratar de um serviço

complexo e que exige bom gosto. O desembargador concluiu que aguardar o patrocínio do Banco Itaú pode ser um erro estratégico e que deve iniciar o processo de licitação e, caso a parceria seja firmada, encerra-se o processo. O servidor Leonardo Melo informou que não vai ter edições da Revista de Estudos & Informações neste ano, pois o projeto do livro vai substituir a Revista. O desembargador solicitou empenho dos servidores para fazer um trabalho com muito zelo, buscando excelência e destacou que as expectativas são de que este seja o projeto mais bonito do Tribunal do tipo já realizado neste âmbito pela instituição. A comissão discutiu e analisou o conteúdo a ser estruturado no livro. O desembargador Fernando Galvão sugeriu homenagear o servidor mais antigo do Tribunal destacando que homenagem tem que fazer para quem está vivo e lúcido e que não pode perder essa oportunidade, que esta é uma oportunidade única. Ficou decidido que o servidor Leonardo Melo fará uma minuta do Termo de Referência para apresentar na próxima reunião e o desembargador Fernando Galvão fará uma minuta do sumário. A presente reunião encerrou-se às 17:28. Nada mais havendo a registrar, eu, Luanda Geneviève Martins Medeiros do Couto Fróes, Assistente Judiciária, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelo desembargador Fernando Galvão da Rocha.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO NOGUEIRA GALVÃO DA ROCHA**, Desembargador Civil do TJMMG, em 24/05/2022, às 16:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjmmg.jus.br/servicos> informando o código verificador **0232800** e o código CRC **145CE1E7**.